

A reforma da previdência nos dará um país pior para viver

Prof. Dr. Victor Garcia Miranda (Professor de Ciência Política da UFMS)

O Brasil é a porção de terra que abriga proporcionalmente a maior divisão entre ricos e pobres do mundo. De acordo com o insuspeito Banco Mundial, a concentração de renda brasileira é menor somente que a de países menos populosos como África do Sul, Haiti e República Centro Africana. Três quartos do Brasil vive com até um salário mínimo por mês; 15% do país encontra-se na pobreza ou extrema pobreza.

Diante desse quadro, ainda é preciso lidar com o risco de se ter desmobilizado o mais importante instrumento de inclusão social e desconcentração de renda que já criamos na história. Isso poderá ocorrer com a atual proposta de reforma da previdência.

Quando se fala em previdência, não se refere simplesmente aos "diretos dos idosos", mas ao respaldo de dignidade a uma densa massa de pessoas que passaram por alguma situação que lhes impediu de trabalhar. E ela é bastante significativa.

O menor valor pago como aposentadoria ou assistência pela Previdência Social é baseado no salário mínimo. Esse recurso possui fontes bastante diversificadas (desde arrecadação sobre lucros e total de folha de pagamento do empresariado a até imposto sobre importações e repasses de percentuais de receitas da loteria federal).

O atual modelo de previdência combina receitas diversas e piso de reajuste baseado no salário mínimo (acima da inflação), garantindo desconcentração de renda pessoal e bastante inteligente. Recursos saem dos mais ricos e vão aos mais pobres sem afetar a capacidade produtiva e de investimentos dos primeiros – pelo contrário, proporcionando aumento das taxas de consumo, de lucros e expansão de fronteiras de mercado aos mais ricos.

Nos últimos 25 anos, esse modelo proporcionou a retirada permanente da pobreza cerca de 20 milhões de pessoas. Ou seja, teríamos algo em torno de 25% da população brasileira ganhando menos de 200 reais por mês.

Gostaria de perguntar a um comerciante do setor varejista ou a um empreendedor autônomo prestador de serviços (figuras centrais da atividade econômica brasileira nas grandes cidades, nas últimas

décadas): seu negócio prosperaria ou pioraria com essa quantidade a mais de pobres?

Perguntaria também às lideranças públicas de pequenas e médias cidades brasileiras: como vocês lidariam com a ausência do volume de recursos que a atual previdência injeta em seus municípios?

Sabe-se que a previdência é responsável por incentivo de consumo maior do que as receitas provenientes de aporte financeiro do Fundo de Participação Municipal (FPM) em 77% dos municípios brasileiros. Renda de classe e renda regional serão reconcentradas sob o impulso da reforma.

Não há um rombo por conta de seu formato original de receitas e despesas. O problema está na série de desonerações tributárias promovidas nos últimos anos (o que diz respeito ao presente déficit) e no aumento de aposentados no futuro (o que diz respeito a uma projeção de déficit futuro).

Em 2050, teremos três vezes mais idosos e a mesma quantidade de contribuintes sustentando a conta. Estima-se que a economia brasileira precisará crescer em torno de 3,6% ao ano para pagar o arranjo de despesas previdenciárias tal como está. O argumento do governo é de que esse processo de envelhecimento populacional justifica a reforma.

Correto. Esse é um argumento forte, mas é uma meia verdade. Está em uso somente para impulsionar a proposta de reforma que está sobre a mesa de negociações do Congresso. A proposta atual é irresponsável pois se baseia numa idade mínima alta para os padrões de expectativa de vida brasileiros mais pobres, uma regra de transição rígida e sem uma flexibilidade regional e num tratamento de "igualdade" entre homens e mulheres. Esses são componentes que pioram o quadro social, tornam a previdência menos eficiente para lidar com grupos sociais em condição de vulnerabilidade à pobreza.

O discurso governista afirma que a proposta de reforma possui como princípios básicos o esforço de preservação de direitos adquiridos e a "justiça contributiva" ("quem pagar vai se aposentar").

Enfrentar a realidade demográfica futura exige mais: precisa de responsabilidade de Estado e justiça social. Por que o governo não busca uma alternativa de capitalização da previdência e do orçamento através de um novo modelo para a Desvinculação das

Receitas da União (DRU), ou ao exigir maiores contribuições de rendas mais altas? Por que não propõe uma estratificação inteligente de aposentadorias (trabalhos degradantes, de menor remuneração e desempenhados em regiões menos urbanizadas deveriam ser atendidos com condições de aposentadorias correspondentes)? Por que ainda não reviram as desonerações tributárias que incidem sobre a receita da previdência?

Caso a reforma proposta seja aprovada, ao invés de corrigir um problema, teremos um país pior para viver nas próximas décadas.